**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013**

O Conselho Escolar Rafael Nascimento da Unidade Escolar **ESCOLA ESTADUAL RAFAEL NASCIMENTO** município de SANTA HELENA DE GOIÁS no Estado de Goiás, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na PRAÇA ALFREDO OLIMPIO DA SILVEIRA nº 62 Centro \_ SANTA HELENA DE GOIAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº (62), neste ato representado pelo Presidente do Conselho o (a) Sr. (a) CELI MARA DE SOUZA, professora p-IV, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 448.783.381 – 72, Carteira de Identidade nº 2.500.127, no uso de suas prerrogativas legais, em cumprimento do estabelecido pela Lei nº 11.947/2009 e resolução/CD/FNDE nº 38 de julho de 2009, por meio da Secretaria da Educação do Estado de Goiás, torna público que realizará Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento ao Programa de Alimentação Escolar, para o período compreendido entre **28/01/2013 a 30/04/2013.** Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preços até o dia 01/02/2013, no horário das 07:00 as 17:00, na sede do Conselho Escolar Rafael Nascimento, situada à Praça Alfredo Olímpio da Silveira, nº 62 Centro – Santa Helena de Goiás-GO.

**1. OBJETO**

O objetivo da presente Chamada Pública é a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura e do Empreendedor Familiar Rural, para atender aos alunos matriculado na Rede Pública de ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações do Anexo I deste Edital.

**2 – DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

Até o dia, hora, e local mencionados no preâmbulo deste Edital, os interessados entregarão dois envelopes distintos, sendo um de documentação \_ HABILITAÇÃO e outro de Proposta de Preços.

**2.1** – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta Chamada Pública na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, independentemente de nova comunicação.

**2.2** – Aquisição de edital: site: [www.seduc.go.gov.br](http://www.seduc.go.gov.br)

**3. FONTE DE RECURSO**

Recursos provenientes do Convênio FNDE.

**4. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – Envelope nº 001**

**4.1 Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais** deverão entregar ao Presidente Conselho escolar da Unidade Escolar ou à Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)** de aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural Para a Merenda Escolar, no período determinado, os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

I – cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;

III – Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social – CND;

IV – Certidão Negativa junto ao FGTS – CRF;

V – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

VI - Cópia do Estatuto e Ata de posse da Atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de Associações. Na hipótese de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do contrato social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

VII – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, de acordo com os anexos dessa Chamada Pública, assinada pela diretoria da entidade articuladora;

VIII – Para produtos de origem animal, apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitário, podendo ser Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), e Serviço de Inspeção Federal (SIF);

IX – Declaração de capacidade de produção, beneficiamento e transporte.



**5. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – Envelope nº 001**

**5.1. Grupos Informais de Agricultores** deverão entregar à Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)** de aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para a Merenda Escolar, no período determinado, os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

I – cópia de inscrição no cadastro pessoa física (CPF);

II – cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;

III – Prova de atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso.

**6. ENVELOPE Nº 002 – PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** A previsão de quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados por nutricionistas da SEDUC e executados pelas escolas, anexo III;

6.2. No envelope nº 002 deverá conter a Proposta de Preços, ao que se segue:

a) ser formulada em 01 (uma) via, contendo a identificação da associação ou cooperativa, datada, assinada por seu representante legal;

b) discriminação completa dos gêneros alimentícios ofertados, conforme especificações e condições do Anexo II;

c) Preço unitário de cada item (algarismo), devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R$0,00).

**7. LOCAL DE ENTREGA E PERIODICIDADE**

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, semanalmente, na Praça Alfredo Olímpio da Silveira nº 62 Centro – Santa Helena de Goiás – GO, durante o período integral, no horário compreendido entre 07:00 as 17:00, de acordo com o cardápio, na qual se atestara o seu recebimento.

**8. PAGAMENTO**

8.1 Os pagamentos dos produtos da Agricultura Familiar ou Empreendedor Familiar Rural habilitado, como consequência do fornecimento para a Alimentação Escolar do Conselho Escolar da Escola Estadual Rafael Nascimento da Secretaria da Educação do Estado de Goiás, corresponderá ao documento fiscal emitido a cada entrega.

8.2 Os pagamentos serão efetuados após a ultima entrega do mês, por cheque nominal, contados da data de atestação do recebimento do produto pelo setor competente vedado a antecipação de pagamento, para cada faturamento;

8.3 As notas fiscais deverão vir acompanhadas de documento padrão de controle de entregas;

8.4 A documentação fiscal para fins de pagamento deverá conter o mesmo numero de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ indicado no Contrato;

8.5 O preço de compra será o menos preço apresentado pelos proponentes;

8.6 O preço de compra dos gêneros alimentícios será o menos preço apresentado pelos proponentes;

8.7 Serão utilizados para composição do preço de referência;

I – os preços de Referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA,

II – média dos preços pagos aos Agricultores Familiares por 3 (três) mercados varejistas, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar;

8.7 O valor pago anualmente a cada agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R$ 9.000,00 (nove mil reais), por declaração de aptidão no PRONAF (DAP)/ ano.

**9. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**9.1** Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública;

**9.2** Cada grupo Formal deverá, obrigatoriamente, ofertar a quantidade e variedade de alimentos de acordo com a sua produção, em conformidade com as normas de classificação vigente, respeitando os preços praticados no atacado, bem como observando as embalagens características de cada produto;

**9.3** O Conselho Escolar da Unidade Escolar ou a Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)** classificara as propostas considerando o preço dos produtos embalados individualmente, de acordo com a solicitação do Conselho Escolar do (NOME DA UNIDADE ESCOLAR), do frete para transporte e distribuição ponto a ponto. O Conselho escolar do (NOME DA UNIDADE ESCOLAR) dará preferencia para os produtos orgânicos ou agro ecológico, respeitando-se as orientações da resolução 38/FNDE;

**9.4** Após a classificação, o critério final de julgamento será definido pela Comissão de Avaliação Alimentícios designada pela **Portaria (caso tenha),** que poderá ainda propor aos participantes que se estabeleçam um acordo para o fornecimento, em benefícios da implantação do programa com a distribuição descentralizada dos recursos e atendimento na totalidade da estimativa de aquisição anual.

**9.5** Em atenção à legislação que estabelece o teto máximo de R$ 9.000,00 (nove mil reais) será considerado o produto na embalagem original no atacado.

**9.6** Na hipótese de ocorrer cisão ou fusão ou incorporação envolvendo duas ou mais entidades e até a criação de uma terceira (cooperativa ou associação) que venha agregar uma ou mais associações, as compras terão sua continuidade, respeitando as DAPs já cadastradas. Para efeito de documento fiscal, caso esta nova entidade venha emitir documento fiscal, será necessário a assinatura de novo contrato, com a anuência da entidade.

**10. RESULTADO**

O Conselho Escolar, ou a Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)** após o julgamento e classificação, dará ampla publicidade ao resultado da presente Chamada Pública nº 001/2013. Caso não tenha recebido nenhum Projeto de Venda, deverá ser realizada outra Chamada Pública, ampliando a divulgação para o âmbito da região, território rural, estado e país.

**11. CONTRATAÇÃO**

**11.1** O Proponente Vencedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, conforme Minuta de Contrato Anexo IV, atendendo aos termos do anexo IV da Resolução/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009.

**11.2** O prazo de vigência do contrato será de **03 (três) meses**, período este compreendido de **28/01/2013 a 30/04/2013.**

**12. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES**

**12.1** Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

**12.2** O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde.